

BEYOND RESILIENCE: ACTIONS FOR A JUST METROPOLIS CONFERÊNCIA DA PLANNERS NETWORK DE 2013

Ermínia Maricato
Eduardo A. C. Nobre

Entre os dias 6 a 8 de junho de 2013, ocorreu no Hunter College da Universidade da Cidade de Nova Iorque e no Instituto Pratt, ambos nessa cidade, a conferência “*Beyond Resilience: Actions for a Just Metropolis*”, organizada pela *Planners Network*.

A *Planners Network* é uma associação de profissionais, ativistas, acadêmicos e estudantes envolvidos no planejamento físico, social, econômico e ambiental de áreas urbanas e rurais, que representam o pensamento de esquerda norte-americano.

Formada na efervescência cultural da década de 1970 por profissionais dos Estados Unidos e do Canadá que se colocavam contra a forma de como o planejamento e as políticas urbanas impactavam as comunidades mais excluídas desses países, desde essa época vem promovendo projetos participativos na busca por mudanças no sistema político-econômico e por uma sociedade mais justa.

Desde 1978, a *Planners Network* organiza uma conferência anual baseada em oficinas comunitárias no local da realização do evento. A conferência deste ano, nos rastros do furacão Sandy, teve como tema principal os desastres naturais que vêm ocorrendo na América do Norte e em todo mundo, que atingem de maneira desigual as comunidades afetadas, com impacto maior sobre as de baixa renda, resultando em desemprego, remoções forçadas e no colapso dos serviços públicos essenciais, deixando milhares de desabrigados.

O tema serviu para as discussões de aspectos relevantes da produção e apropriação do espaço urbano no contexto do capitalismo contemporâneo e dos conflitos decorrentes deste processo. Entre as questões essenciais que afloraram nas discussões foi o papel essencial que a propriedade fundiária e o seu valor têm na estruturação do sistema capitalista e de como as políticas e projetos urbanos atuais têm se valido desse valor a favor dos grandes empreendimentos imobiliários em detrimento das populações mais pobres.

A ideia do “para além da resiliência” está vinculada à mobilização comunitária, à resistência e à ação desses grupos sociais na luta pelo seu direito à cidade, fato que ficou bastante evidenciado nos debates sobre os acontecimentos pós-furacão Sandy, quando, abandonadas pelo poder público de todas as esferas, as lideranças comunitárias dos grupos afetados passaram a atuar como Estado, organizando o resgate de pessoas ilhadas e o fornecimento de comida e roupas, em comunidades que ficaram até duas semanas sem transportes, sem energia, sem comida e sem água.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo esteve representada no evento, através de uma delegação de pesquisadores do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab), composta pelos professores doutores Ermínia Maricato e Eduardo Nobre (FAUUSP), Arlete Moysés

Rodrigues (IFCH–Unicamp), Luciana Royer (EACH–USP) e Mariana Fix (IE–Unicamp); pelos pós-graduados e pós-graduandos: Francisco Barros (doutorando no IAU-USP–São Carlos), Giselle Tanaka (mestre pela FAUUSP e doutoranda no IPPUR–UFRJ), José Baravelli (doutorando na FAUUSP, bolsista Fulbright no Hunter College), Letícia Sígolo (doutoranda na FAUUSP), Luciana Ferrara (doutoranda na FAUUSP), Patrícia Cezário (doutoranda na FAUUSP, bolsista Fulbright no MIT), Renata Moreira (mestre pela FAUUSP) e Mariana Guimarães (graduanda pela FAUUSP).

Na noite de quinta-feira (dia 6), após as inscrições para o evento, foi exibido o filme *My Brooklyn*, documentário de Kelly Anderson, mostrando como o grande capital dos ramos imobiliário e comercial vêm “gentrificando” e transformando esse distrito nova iorquino, originalmente popular e de grande presença afro-caribenha, através de construção de torres residenciais e comerciais voltadas para um público de alta renda e a decorrente instalação das grandes redes do comércio varejista, que expulsam o comércio popular e a população residente.

Após a apresentação, ocorreu um debate sobre o filme, com acadêmicos e representantes da comunidade. Peter Marcuse, professor emérito de Planejamento Urbano da Universidade de Columbia chamou a atenção para a questão não só da classe social das populações afetadas por esses processos, mas também para a questão da raça, pois em sua grande maioria eram negros ou latinos.

A sexta-feira (dia 7) foi dedicada ao *Mobile Community Workshops: New York Metro Area*. As oficinas comunitárias móveis são uma tradição nos seminários da *Planners* e representam uma forma eficaz dos participantes travarem contato com questões pertinentes da realidade do local onde o seminário está ocorrendo. Através dessas oficinas ficou patente que em Nova Iorque, mesmo fora da ilha de Manhattan, várias áreas estão passando pelos efeitos devastadores de outro furacão: a “gentrificação”. As oficinas ocorreram no Bronx (South Bronx Watershed), Brooklyn (Downtown e Waterfront), Manhattan (East Harlem) e Queens (Flush Meadows Corona Park e Rockways).

À noite ocorreu no *Higgins Hall* a abertura do evento com diversas homenagens a ativistas e membros da *Planners*, sucedido pela palestrante convidada, professora Ermínia Maricato, professora titular da FAUUSP, que apresentou a palestra “*Lessons from Brazil’s Urban Social Movements: legal reforms, participations budgeting and the evasions of the capital*”.

Na palestra, a professora traçou um amplo panorama sobre o desenvolvimento econômico e distribuição de renda recentes e os avanços na legislação urbana e políticas públicas no Brasil contemporâneo, demonstrando, contudo, as contradições e os paradoxos do momento atual.

Apesar dos avanços econômicos significativos desses últimos dez anos, e do retorno dos investimentos públicos em habitação e saneamento, as contradições do nosso processo de desenvolvimento se fazem sentir mais agudamente em nossas cidades.

Os avanços contidos no “Estatuto da Cidade”¹ parecem ter sucumbido diante do pragmatismo da política urbana, voltada para o automóvel e subordinada aos interesses do grande capital imobiliário. Mesmo, o aperfeiçoamento do aparato legal e a capacitação técnica dos funcionários públicos não foram capazes de transformar essa situação, repetindo formulas disseminadas de planos diretores de gaveta, sem que, contudo, haja de fato a sua implementação, ou quando há, esta é apenas dos aspectos que interessam ao grande capital.

¹ BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1-5.

² BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2009, Seção 1, p. 2-6.

Mesmo com os avanços da participação popular no processo decisório, através dos conselhos paritários, audiências públicas e demais formas de participação previstas na lei, a institucionalização e cooptação dos movimentos sociais pelo aparato do Estado fizeram com que essa participação se tornasse apenas um referendo de decisões já tomadas.

A professora analisou o aumento do caos que vem sendo ocasionado pelas políticas públicas recentes com viés meramente econômico e que tem levado nossas cidades ao colapso. Por um lado, os incentivos econômicos contra-cíclicos à indústria automobilística vêm reforçando os aspectos negativos do urbanismo “rodoviarista”, voltado para o meio individual de transporte em detrimento de um sistema de transporte coletivo eficiente e acessível, principalmente sobre trilhos.

Por outro, os investimentos econômicos decorrentes do Programa Minha Casa Minha Vida² (PMCMV), que ao oferecer crédito em abundância para uma parcela da população até então não atendida pelo mercado, acabou por injetar uma grande quantidade de capital no mercado imobiliário, ocasionando uma valorização irreal dos terrenos e expulsando para uma periferia ainda mais distante a população de mais baixa renda, que em função da precariedade do sistema de transporte coletivo acaba se tornando exilada na sua própria cidade.

Por fim, a palestra terminou com a professora falando da importância da pesquisa acadêmica séria e engajada e da necessidade da população sair às ruas para exigir por mudanças nos rumos da política urbana, antevendo os fatos decorrentes nas enormes manifestações sociais que viriam a ocorrer alguns dias depois do evento, quando mais de dois milhões de brasileiros saíram às ruas clamando por melhores condições nos transportes públicos e por reduções nas suas tarifas, que certamente não refletem a sua qualidade atual.

No sábado (dia 8) ocorreram as sessões agrupadas em torno de seis eixos temáticos: *Film & Media* (filme e mídia), *Solidarity Economy* (economia solidária), *Community Land Trust* (propriedade comunal da terra), *Challenging gentrification & Market-based planning* (desafiando a “gentrificação” e o planejamento de mercado), *Latin America* (América Latina) e *Individual Workshops* (demais temas).

A delegação brasileira apresentou seus trabalhos nas sessões sobre a América Latina. O primeiro painel foi sobre habitat e habitação em São Paulo (“*Habitat/ Housing in São Paulo, Brazil*”). O painel discutiu a nova cartografia da segregação sócio-espacial em São Paulo, resultante do crescimento da produção habitacional de mercado e os conflitos na sua apropriação do território em relação à localização da população de baixa renda.

A professora Arlete Moysés Rodrigues apresentou o trabalho “*Gated communities: fragmentation and segregation*”, uma discussão sobre as novas formas de organização do capital na produção da metrópole, a fragmentação e segregação resultantes de um dos seus principais produtos, os bairros residenciais fechados de alta renda.

A doutoranda Patrícia Cezário Silva apresentou o trabalho “*Land for housing: relations of domination*”, onde analisou as disputas decorrentes pela localização no espaço no sistema capitalista, as relações de dominação inerentes a este processo e a questão da terra urbanizada para habitação social em São Paulo.

O professor Eduardo Nobre apresentou o trabalho “*Urban conflicts and regulation to foster social housing in central areas: the ZEIS 3 in São Paulo*”, que analisou o processo de “declínio” da área central de São Paulo, as políticas e instrumentos de reabilitação propostos baseados na promoção de habitação social e os seus limites frente à lógica de produção da cidade capitalista periférica.



Figura 1: Higgins Hall, Pratt Institute, Nova Iorque
Foto: Eduardo Nobre



Figura 2: Mesa brasileira na conferência. Da esquerda para a direita: Patrícia Cezário, Eduardo Nobre, Letícia Sígolo, Ermínia Maricato, Arlete Moyses (última à direita).
Foto: Arquivo da Equipe



Figura 3: Mesa brasileira na conferência. Da esquerda para a direita: Luciana Ferrara, Francisco Barros e Renata Moreira.
Foto: Arquivo da Equipe

No painel *“Infrastructure Policies in Latin American Cities”*, a mestra Renata Moreira, os doutorandos Luciana Ferrara e Francisco Barros apresentaram conjuntamente o trabalho *“Infrastructure network standards: challenges and outcomes in favelas upgrade projects in São Paulo Metropolitan Area”*.

Resultado de pesquisa aplicada do LabHab e do Laboratório do Canteiro Experimental da FAUUSP (LCC), com financiamento Finep, a exposição analisou as possibilidades de implementação de soluções alternativas de drenagem urbana adaptadas ao padrão de ocupação de assentamentos precários e situações de risco, em contraponto ao emprego de infraestruturas “verdes” adotadas como marketing pelo mercado imobiliário, enfatizando o papel da universidade como espaço de criação, de crítica e ação construtiva coletiva que, nesse caso, envolveu moradores de loteamentos precários em São Bernardo do Campo, poder público municipal e pesquisadores.

O principal painel plenário *“The impasse of urban policies in Brazil: Real Estate, Global Finance and Social Segregation”* (o impasse das políticas urbanas no Brasil: mercado imobiliário, finanças globais e segregação social) foi uma aprofundamento dos temas tratados na palestra de abertura da professora Ermínia Maricato. Esse painel analisou o cenário urbano brasileiro em uma economia em crescimento, que apesar de vários avanços institucionais na política urbana, encontra-se no impasse atual em função de décadas de falta de investimento público, surgindo a seguinte pergunta: “Como implementar planos urbanísticos em cidades com uma grande herança arcaica de segregação espacial e com um mercado imobiliário altamente especulativo?”

Essa mesa, coordenada pela própria professora, tratou de diversos aspectos do cenário urbano contemporâneo no Brasil.

No primeiro trabalho *“The real estate boom in Brazil: the growth machine, global finance and the right to the city”* a professora Mariana Fix analisou as coalizões de crescimento entre o Estado e a iniciativa privada, que vêm drenando capitais nacionais e internacionais para serem investidos no mercado imobiliário das cidades brasileiras; já a professora Luciana Royer avaliou como os recursos do PMCMV do Governo Federal vêm sendo transferidos para os setores imobiliário e da construção civil, não atingindo a população mais necessitada de tais recursos, a de zero a três salários mínimos. Essas atuações de Estado e Mercado na produção do espaço vêm aumentando a segregação sócio-espacial,



Figura 4: Mesa brasileira na conferência. Da esquerda para a direita: Leticia Sigolo, Mariana Fix, Giselle Tanaka, Ermínia Maricato e Luciana Royer
Foto: Eduardo Nobre



Figura 5: Delegação brasileira no evento. Da esquerda para a direita: Leticia Sigolo, Eduardo Nobre, Luciana Royer, Giselle Tanaka, Arlete Moyses, Mariana Fix, Ermínia Maricato, Luciana Ferrara, Patrícia Cezário, Francisco Barros e Renata Moreira
Foto: José Baravelli



Figura 6: conjunto habitacional público Baruch Houses, Nova Iorque
Foto: Eduardo Nobre

colocando em cheque o direito à cidade das populações excluídas desse vultoso e lucrativo mercado.

A doutoranda Giselle Tanaka no trabalho *“State, real estate capital and social conflicts”* analisou os impactos do grande investimento imobiliário capitalizados pelos megaeventos internacionais e a atuação do Estado para garantir o lucro desses investimentos, principalmente através de remoções das comunidades de baixa renda, que desvalorizam tais investimentos. Usou como estudo de caso a atuação truculenta da Prefeitura do Rio de Janeiro na remoção de moradias em função da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Como alternativa a esse processo, Giselle apresentou o Plano Popular para a Vila Autódromo, plano elaborado por pesquisadores do IPPUR-UFRJ em conjunto com a população dessa comunidade ameaçada de remoção pelos investimentos que estão sendo realizados onde será o Parque Olímpico, na Barra da Tijuca.

O doutorando José Baravelli apresentou o trabalho *“The Brazilian growth machine, new social housing in São Paulo, and the resilience of the self-built city”*, onde analisou a atuação de movimento social organizado na luta pelo seu direito à cidade e a atuação dos escritórios de assistência técnica em compreender e espacializar as demandas desse movimento nos processos de produção de habitação social autogestionados, usando como exemplo a Comuna Urbana Dom Helder Câmara, em Jandira, primeiro assentamento urbano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A doutoranda Leticia Moreira Sigolo apresentou o trabalho *“The expansion of formal housing market towards the periphery: The new cartography of socio-territorial segregation”*, onde analisou a expansão do mercado habitacional formal em direção à periferia. Essa nova expansão periférica, em grande parte financiada pelos recursos do PMCMV, ocorre em função da alta valorização fundiária irreal que ocorreu nos últimos anos, quando o valor dos imóveis chegou a triplicar, expulsando para uma periferia mais externa a população que não consegue acessar esses financiamentos, constituindo uma nova cartografia da segregação sócio-espacial.

Por fim, a conferência teve diversos painéis e sessões de grande interesse para possibilidades de intercâmbio e pesquisa conjunta. Dentre estes, destacou-se o *community land trust*, organizações sem fins lucrativos que constroem e gerenciam habitações

populares, terra e bens comuns de interesse de uma determinada comunidade.

Evitam que as populações de mais baixa renda sejam “expulsas” de suas terras pela valorização imobiliária, pois mantêm a posse das mesmas, sendo que seus beneficiários têm direito ao usufruto e quando forem deixar a organização são ressarcidos apenas pelas benfeitorias realizadas. Dessa forma, essas organizações se caracterizam por garantir uma espécie de propriedade comunal da terra, garantindo o acesso a ela para as populações de baixa renda.

Conforme já mencionado, destacaram-se também as discussões sobre os impactos do furacão Sandy e a resposta das lideranças comunitárias, que assumiram o papel do Estado no auxílio da população de baixa renda afetada. Ficou patente também que os preceitos neoliberais da administração Michael Bloomberg (prefeito desde 2001 e cujo mandato finda este ano) têm ocasionado efeitos bastante negativos sobre essa população mais excluída da cidade.

Como exemplo, além dos visitados nas oficinas comunitárias, foram citados os conjuntos habitacionais públicos da cidade que vêm sendo construídos desde a década de 1930. Lar de aproximadamente 400 mil moradores, vêm sendo paulatinamente abandonados pela autarquia municipal competente (*New York City Housing Authority*- NYCHA), apresentando vários problemas estruturais e infraestruturais. Como solução, a administração Bloomberg apresentou a absurda proposta de construção de torres residenciais de luxo nas áreas livres e de lazer desses empreendimentos, cujo retorno financeiro seria suficiente para as reformas necessárias.

Na sessão que debateu esse assunto, chegou-se a conclusão de que bastava aumentar em 1% o imposto predial e territorial dos 10% mais ricos da cidade, para angariar os recursos necessários para as obras.

A visita foi bastante proveitosa e os trabalhos apresentados suscitaram muito interesse dos colegas norte e sul americanos presentes, visto que estavam com grande expectativa a respeito do Brasil, em função dos avanços socioeconômicos recentes muito difundidos pela mídia internacional. Nesse sentido, abriram-se possibilidades de pesquisa conjunta sobre temas pertinentes, como por exemplo, as estratégias possíveis de combate à cidade da “gentrificação” total.

Ermínia Maricato

ermínia@usp.br

Eduardo A. C. Nobre

eacnobre@usp.br

Universidade de São Paulo, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária

05508-080 - São Paulo, SP, Brasil

(11) 3091-4647

URL da Homepage: <http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/index.htm>

labhab@usp.br